

## ***Boa educação: um século e quatro regimes de ensino no Instituto de Odivelas***

*Palestra realizada por ocasião do 104.º aniversário da Associação de Antigas Alunas do Instituto de Odivelas.*

*Maria Carneira da Silva (Mia 125/1970), CRIA-NOVA FCSH*

*Marta Prista CRIA-NOVA FCSH*

11 de março de 2023

Com mais de um século de ocupação como colégio feminino, o Instituto de Odivelas é, certamente em Portugal o espaço que de forma mais duradoura foi ocupado exclusivamente por mulheres – desde 1295 até 2015. Isto implica uma história que lhe confere um lugar simbólico ímpar e reveste esta conferência de um certo sentido de responsabilidade. Ainda para mais porque estamos perante uma audiência também ela historicamente secular – a AAAIO perfaz já 104 anos de existência – e com papel fundamental no garante desta memória no feminino pelo zelo patrimonial que lhe tem dedicado. Esta longevidade histórica da ocupação feminina do Instituto de Odivelas torna-o uma lente privilegiada para olhar o mundo, Portugal e Odivelas, enquanto seu microcosmo no feminino.

### **Porque decidimos falar de educação?**

No âmbito de uma colaboração entre o CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia e a Câmara Municipal de Odivelas, temos vindo a desenvolver uma investigação sobre o quotidiano do Instituto que resultará na produção de uma monografia e de um filme documental, integrados no projeto autárquico para um espaço interpretativo do Mosteiro de Odivelas. Esta pesquisa beneficia e contribui para uma reflexão mais alargada sobre a evolução de conceções de género e família, de políticas educativas e de outras áreas de governamentalidade, ao longo de mais de 100 anos em Portugal. Porque o património coletivo é, necessariamente plural, auscultamos diferentes perspetivas, ouvimos diferentes meninas. Umhas gostaram de umas coisas e outras de outras, umas gostaram mais e outras menos de por cá passar. Mas a questão da *Boa Educação*, no sentido de Instrução, foi sempre consensual.

Esta unanimidade não se esgota, aliás, nas memórias do Instituto de Odivelas. São várias as publicações que enfatizam o projeto educativo deste estabelecimento, destacando-se aqui a tese de doutoramento em Ciências da Educação da ex-professora Maria de Lourdes Loureiro, defendida em 2020 na Universidade NOVA de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, e o trabalho que Joaquim Pintassilgo tem vindo a desenvolver sobre a Escola Nova e sua

implementação no Colégio. O que se afigura extraordinário, para quem tem investigado sobre o Instituto de Odivelas, é o fato de essa excecionalidade do ensino atravessar diferentes momentos históricos, e seus diferentes regimes políticos, conseguindo sempre manter uma aura de qualidade, sem sobressalto aparente através dos diferentes regimes que marcaram o séculoXX e início de XXI.

Quando falamos de quatro regimes de ensino no Instituto de Odivelas, falamos também de quatro regimes políticos com diferentes perspetivas e normativas relativas ao ensino: a Monarquia, quando foi criado o Instituto Infante D. Afonso (1899); a Primeira República, que o renomeou de Instituto Torre e Espada (1910), única ordem honorífica que sobreviveu até hoje (outras foram extintas entre 1910 e 1918), alterado um ano depois para Instituto Feminino de Educação e Trabalho; o Estado Novo, que firma o nome de Instituto de Odivelas (1942-1988); e o regime democrático que agrega a sua herança sob a designação de Instituto de Odivelas – Infante D. Afonso (1988-2015).

#### Da fundação monárquica, em 1899, até à instauração da República

Aquando da fundação do Instituto do Infante D. Henrique em 1899, falamos já de uma monarquia tardia. As ordens religiosas tinham sido extintas em Portugal e o seu património passado para o Estado, no caso de Odivelas (convento feminino) estendendo-se o processo até à morte da última abadessa em 1886. Nesta altura, o Instituto estava diretamente sob a tutela de Suas Majestades e os seus estatutos dão-nos conta da missão e dos valores da época.

A sua missão era educativa – “dar às alunas a necessária educação moral e religiosa, uma instrução geral” – mas também de integração social – “alem disso, a instrução profissional que possa, de futuro, criar-lhes os precisos meios de subsistência”. Revestia-se ainda fortemente de uma componente assistencialista. Para além de ser uma instituição de utilidade pública, gozando de todas as prerrogativas das instituições de previdência, os estatutos estabeleceram a admissão de alunas subsidiadas (órfãs de oficiais) e porcionistas (filhas de oficiais), definidas em várias classes e hierarquizadas para admissão. Esta dimensão integrativa e caritativa é acentuada, por exemplo, no artigo 4º dos Estatutos fundadores de 1899, que define que “Às alumnas orphãs de pae e mãe, sem recursos, não sairão do collegio sem que tenham assegurada a sua colocação”.

É importante mencionar que, durante o século XIX, o ensino carece de legislação e formação de mestres, de equipamentos e manuais, ao mesmo tempo padecendo de uma certa indiferença social e parental, particularmente no que respeita ao ensino feminino, essencialmente doméstico e familiar (Alves 2012). O Ensino Liceal criado por Passos Manuel em 1830 só em

1888 vê regulamentado o Liceu Feminino com a Lei de Organização dos Liceus femininos, e apenas em 1906 é inaugurado o primeiro estabelecimento – a Escola Maria Pia – em Alfama, mais tarde designado Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho e, com o Estado Novo, dirigido por Maria Baptista dos Santos Guardiola, que será a Comissária Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina desde a sua fundação até 1968.

Já o ensino que se propunha logo no início do século XX em Odivelas era diferenciado e profissionalizante. Além do Curso Geral, determinado por regulamento próprio, o ensino era organizado para dar às educandas uma profissão, entre quais “pharmaceuticas de 2.a classe, telegraphistas, professoras de ensino elementar e complementar, desenhadoras, fabricantes de luvas, rendas, flores, cartonagens, etc.”.

Nesta preocupação assistencialista e integradora encontramos, assim, já muito daquilo que a passagem para a República vai trazer ao Instituto e que outros regimes manterão, nomeadamente a presunção de um ideal educativo universal, mas genericado (só o porteiro e hortelão seriam homens) e estratificado socialmente. Uma genericação e estratificação que fica também patente nas diretivas de contratação do pessoal dirigente e docente (preferencialmente viúvas ou filhas de oficiais) e criadas (viúvas de praças, ou carenciadas).

Mas o que de mais republicano tem este Estatuto fundacional ainda monárquico é o carácter já mutualista moderno. Diz o seu Artigo 11.º “Dos trabalhos manuaes executados nas oficinas do estabelecimento, 70 por cento do seu producto annual será considerado como receita geral, e o restante capitalizado para constituir um fundo destinado a soccorer as alumnas subsidiadas quando saírem do estabelecimento”. É deste impulso – desenvolvido no resto do diploma, estipulando fundos, cotas e donativos – que nascerá depois, já em 1919, aquela que é provavelmente a primeira associação feminina portuguesa – a Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas – já no quadro do Conselho Nacional das Mulheres 1914-1947.

A leitura dos estatutos e regulamentos dos diferentes períodos do Instituto dá-nos conta do modo como a História institucional se desenvolveu articulando-se com o horizonte dos tempos, mas são outras fontes, sobretudo a pequena história mais doméstica e circunscrita, que a iluminam e colocam no quadro social de cada época. Se estes Estatutos evidenciam o carácter já fortemente republicano da educação, relatos como os recolhidos pela nossa colega Virgínia Paccetti dão conta do modo como a Rainha visitava o Instituto Infante D. Afonso e comia com as alunas e as recebia em suas festas, de como a primeira regente do Instituto era a professora de português da Rainha, e de como as alunas choraram e rezaram a morte de D. Afonso (Vaz et al 2017). Com apenas 17 alunas inscritas no momento da inauguração em 1900, era fácil manter-

se o registo familiar e quase personalizado do ensino, como até então se praticava nas grandes casas.

Sublinhe-se, contudo, que esta proximidade – e em muitos momentos cumplicidade – com os regimes de poder instalados foi algo que se manteve ao longo de toda a vida do Colégio. Tal é visível em vários momentos e com várias personalidades, através dos Livros de Honra ou na presença constante de comitivas do Colégio em eventos como a Exposição de 1940 ou os aniversários de Salazar, entre outros.

A demora neste período histórico – da Monarquia –, que na verdade é o mais curto da História do Colégio, prende-se com o facto de nesta génese estarem já contidos muitos dos valores que vão informar o ensino do Instituto nos períodos seguintes, com as variações e adaptações necessárias às mudanças ideológicas dos diferentes regimes políticos e de ensino. Poderá ter sido essa, também, uma das razões a reversão do seu nome do nome em 1988 que assim retorna ao original Instituto D. Afonso.

Em 1910, o Mosteiro foi classificado como Monumento Nacional, como muitas das propriedades das ordens religiosas extintas. A cabeceira gótica que sobreviveu ao terramoto de 1755, os claustros Principal e da Moura, os azulejos dos séculos XVII e XVIII, e os da cozinha, a cantaria gótica, manuelina e barroca e o “teto bonito” seiscentista em madeira policromada do refeitório das freiras, a escultura de alabastro de Nossa Senhora da Conceição oferecida, em 1900, pela Rainha D. Maria Pia às primeiras alunas, mantiveram a ambiência religiosa que os republicanos não baniram, embora o declarassem ter feito.

Mas já antes disso, logo no relatório de 1907, se notava uma preocupação funcional e prática com o ensino pragmático: “não há gymnasio e falta instalar convenientemente a sala do conselho, a biblioteca, etc. e sem que o Governo forneça os necessários meios para esse fim, não podemos organizar a vida interna do Instituto tam como a temos imaginado e desejamos. Assim, por exemplo, não pôde ainda começar a funcionar a aula de telegraphia, não há atelieres de costura convenientemente montados, o ensino de música tem logar na sala destinada às visitas, a despensa e a casa dos engommados estão em instalações provisórias, etc.”

Se o património cultural que justificou a classificação do Mosteiro é sobretudo pré-novecentista (recuando à fundação do Mosteiro no século XIII), o seu património natural terá sido em grande medida enriquecido com a diretiva republicana para que haja na “cêrca espécies botânicas mais usuaes para demonstração das licções”, sublinhando-se a necessidade “de tirar o mais possível ao ensino o character abstracto” e, mais tarde, pelo culto das árvores (como o da nossa *avó*), de cuja história sabemos pouco.

Este pragmatismo atravessava o ensino, por exemplo com a ministração das Línguas Práticas: como refere o decreto de 1908 (de acordo com Maria de Lourdes Loureiro), na obrigação de as professoras de línguas estrangeiras (desde o início estrangeiras) se dirigirem às alunas sempre na língua que ensinavam: “As professoras de línguas (...) cumprindo-lhe falar com as alunas, quer nas aulas, quer nos recreios, sempre na língua que as alunas aprendam.”

O Colégio era um mosteiro e o Mosteiro, como habitualmente, tinha uma quinta. Uma quinta que servia para venda e para o abastecimento do colégio, mas que, por outro lado, acentuava o carácter de vida familiar autossustentada, como se diria hoje. Vigorou até finais dos anos setenta/oitenta, quando as faturas e correspondência de venda dos últimos animais da quinta registam ‘que vendemos com muita pena’.

O regime de internato acentuava esse carácter familiar: a vida no colégio reproduzia a vida numa família – uma família de uma certa classe social – e os laços familiares foram sempre as metáforas de eleição para a coesão da estrutura social interna, baseada na classe e na idade. Para as professoras o regime de internato obrigatório (como nas escolas religiosas) até 1942, acentuava, por outro lado, a ideia de sacerdócio.

### Primeira República

Importa dizer que, embora fundado durante a monarquia, o Instituto foi criado à imagem de uma instituição fundada por Napoleão em 1807 com o mesmo propósito de acolher e formar órfãs e filhas de militares e que já integrava muitos dos valores republicanos – o Collège/Maison d’Éducation de La Légion d’Honneur. Importa também lembrar que o partido Republicano Português já havia publicado o seu Manifesto em 1891, afirmando a sua crença na virtude emancipatória e desenvolvimentista do ensino e a sua importância como veículo para a cidadania, através de um ensino secularizado e integrador da educação da mulher (Alves 2012).

No entanto, é apenas em 1911 que o Instituto D. Afonso assume esses valores oficialmente, ao transitar com a nova designação de Instituto Torre e Espada para a Obra Tutelar e Social do Exército da Terra e do Mar, que integrava, também, o Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, e o Colégio Militar. Os seus primeiros regulamentos dão conta de vários aspetos importantes e marcadamente republicanos.

Desde logo, verifica-se uma preocupação mais estruturada e claramente profissionalizante com a educação das mulheres. Diz o regulamento de 1915 que “O Instituto Feminino de Educação e Trabalho é um estabelecimento destinado a educar e preparar para a vida prática indivíduos do sexo feminino”, incluindo o Ensino Primário e Preparatório, o Curso e Artes e Ofícios, o Curso de

Modas, o Curso de Comércio, incluindo o Curso de Empregadas de Escritório e de Guarda-livros, e o Curso de Precetoras, mais tarde ainda o Curso Preparatório para a Escola de Correios e Telégrafos.

Mas também é manifesta a diligência com uma universalização e igualdade no acesso ao ensino que, embora já presente nos decretos monárquicos, aqui alarga toda a família militar a beneficiárias, admitindo civis com uma mensalidade mais elevada. O carácter beneficente é inclusive prolongado na escola infantil do Instituto, que passa a aceitar crianças carenciadas com “extraordinárias aptidões” e indivíduos do sexo masculino numa creche que manteve-se a funcionar com bebés até quase ao encerramento da instituição, acolhendo filhos de funcionários e vizinhos fregueses.

Não menos importante, é o princípio de igualdade e sua expressão no género. Diz o regulamento “Como princípio primordial educativo todas as alunas, sejam quais forem as suas categorias, meios de fortuna e classe social, gozarão no Instituto das mesmas regalias e tratamento”, alunas que, na ‘promoção’ das mulheres a cidadãs, já não são mulheres ou filhas, ou viúvas de oficiais, mas sim indivíduos do sexo feminino, revelando-se a preocupação de retirar as mulheres da sujeição exclusiva do *pater familias*.

É neste quadro que o Instituto promove uma educação integrada, com a introdução da educação física e a preocupação com a higiene e o fortalecimento do corpo, a resistência e o autocontrolo, com a supressão de educação religiosa (ainda que manutenção de suas práticas) e com educação de cidadãs no culto da *pátria*. É também aqui que se introduz o conceito importante de ‘família militar’, afirmado o Artigo 2º da Obra Tutelar e Social do Exército de Terra e Mar que os seus estabelecimentos de ensino se destinam “A auxiliar a educação primária, profissional ou científica dos filhos da família militar”.

Duas figuras foram centrais à implementação destes ideais republicanos no Instituto – (e mereciam, aliás, uma outra conferência).

Adelaide Cabette foi uma das figuras inaugurais do feminismo Republicano, sufragista e proponente dos Direitos das mulheres, nomeadamente o da licença de maternidade. Embora por um período curto, foi médica e professora de Puericultura e Higiene no Instituto. Era responsável pela direção da creche, pela promoção e supervisão da qualidade de vida no colégio – visitando os espaços, propondo medidas profiláticas de higiene, verificando a alimentação, vigiando o exercício físico e a saúde, dando consultas médicas – e pelas aulas de Puericultura e Higiene que preparavam a mulher para maternidade e onde se aprendia sobre higiene feminina, primeiros socorros, doenças venéreas, incluindo por aulas práticas (Vaz et al 2017).

Frederico Ferreira de Simas foi o diretor do Instituto entre 1919 e 1941, fazendo assim a transição da República para o Estado Novo, marcou profundamente a pedagogia e a vida no internato. Simas era um Republicano adepto da Escola Nova, da Educação Integral e da visão do Homem Novo. Era, ao mesmo tempo, defensor da visão do cidadão como soldado. Considerava que “formar o cidadão é formar o soldado” e que o espírito militar seria compatível com a democracia, defendendo a ideia de que “o sentimento patriótico, o hábito da disciplina e a solidariedade... devem criar-se e desenvolver-se na tenra idade” (Pintassilvo 2010), sendo a instrução militar um contexto favorável para o germinar dessa ideia.

Simas foi inclusive um dos defensores da Instrução Militar Preparatória cujo plano de estudos – que englobava a escola primária – incluía, para além da preparação militar propriamente dita, a educação cívica e, significativamente, a ginástica e o canto coral.

Simas conjugava esta posição com a ambiência doméstica do Instituto, já criada na monarquia, mas agora expressa regulamentarmente. Desde 1915 que as educadoras eram entendidas como a família da aluna (por isso todas deviam estar em regime de internato). O Instituto seria assim, dizia, “Uma grande família ou um lar melhorado», sendo um lar, para Simas, “um conjunto harmónico de conforto, de ordem, de asseio, de trabalho e de mútua dedicação”.

Esta ideia de família era central à missão pedagógica do Instituto, a tal ponto que o decreto de 1928 afirma que às famílias verdadeiras cabia um mero papel de colaboração na educação das crianças de forma a garantirem a continuidade da educação da escola em casa. Reforçava-se assim a “disciplina educativa interna”, prevalecendo a autoridade do Colégio sobre a da família. A escola podia, por exemplo, evitar o contacto entre as crianças e as famílias, se estas fossem consideradas “inconvenientes para a sua educação”. Por seu turno, as famílias eram instigadas a assistir às celebrações colegiais, tornando-se a escola, ao mesmo tempo, o ‘modelo’ de família e educação a adotar. Através dos jovens educavam-se os outros cidadãos. E isto foi algo que se manteve nas gerações seguintes, e de que ouvimos muitos testemunhos, pelo menos de alunas que frequentaram o Colégio durante o Estado Novo.

Foi no mandato de Simas que a organização, a regulação do tempo, dos espaços e da hierarquia, a disciplina do corpo, e as hierarquias internas foram minuciosamente detalhadas – um período marcado por um homem à frente do Colégio e a possibilidade de professores masculinos, contrariando as diretivas monárquicas que mencionavam claramente a feminização do corpo docente, o que só será só retomado em 1942. O calendário do quotidiano, definido de modo a formar cidadãos honrados e patrióticos numa cadência certa de intervalos de aulas, recreio,

refeições e trabalho, manteve-se quase idêntico até 2015, à exceção dos intervalos religiosos, que viriam a ser introduzidos de modo mais formal no regime de 1942.

Apesar da separação do Estado e da Igreja em 1911, que Salazar formalmente manteve, e do ensino passar a ser formalmente moral, no sentido da formação para a cidadania, e não religioso, a correspondência de Simas com a Obra Tutelar mostra o seu empenho na reabertura da Igreja (que havia sido fechada ao culto e depois para restauro) para 'evitar que as alunas se percam na aldeia'. As preocupações alegadas eram, afinal, mais da ordem do controlo moral, do que de fervor religioso.

Pode dizer-se que a saída de Simas em 1941 é o fim tardio de uma etapa primordialmente republicana do Instituto de Odivelas. O Colégio passa a ser equiparado a Liceu Nacional e Escola Industrial e Comercial, diluindo-se a sua vocação profissionalizante, embora se mantenham as práticas inovadoras que os mais de 20 anos de direção republicana lhe imprimiram. Ainda assim, manteve-se, mais do que em outras escolas, uma vertente mais profissionalizante com os cursos industriais e comerciais para as filhas e órfãs de militares com patentes mais baixas, revelando uma hierarquia social interna, e as meninas continuaram a marchar em forma, como um pequeno exército de cidadãs. O IO não esteve oficialmente presente no funeral de Simas em 1945, mas as alunas e as professoras e as famílias sim (Vaz et al 2017).

### Estado Novo

Diz-se do Estado Novo que, em matéria de ensino (como em outras), teve uma ação mais reformista do que reformadora: um realismo pragmático que assentava numa contínua reforma, sem que a reforma implicasse reformar o sistema. De acordo com vários autores, entre os quais há, contudo, três estratégias que revelam continuidade na sua ação: a contenção social por via do sistema educativo, não facilitando a escola uma mobilidade social; a separação do ensino por género e classe social através da estratificação dos níveis de ensino e orientação de seus percursos segundo alegadas 'aptidões naturais', mostrando a escola o lugar de cada um na ordem social; e a centralização do ensino, com o regime a controlar burocraticamente a educação através de um aparelho central autoritário e hierarquizado, de inspetores com autoridade, do controlo *in situ* por diretores e reitores. Embora não seja possível detalhar aqui, sublinhe-se que esta continuidade da ação do Estado Novo incluiu, todavia, fases diferenciadas nas políticas educativas (Barreto e Mónica 2000).

Este modelo educativo, que se faz sentir no colégio, responde também a um novo modelo de família e de mulher, às quais é deixado o papel de educar os infantes, valorizando-se o papel da mulher como mãe e educadora.

Com a saída de Simas, que adotara esse princípio centralizador na pirâmide do Colégio, estabelece-se um novo regulamento, em 1942, que vigorará na essência até depois da instauração do regime democrático, seguindo as políticas educativas nacionais, abandonando progressivamente as preocupações profissionalizantes, mas mantendo a escola comercial e industrial e de formação feminina – informalmente direcionada para as filhas de militares de mais baixa patente, ao lado do curso liceal.

O corpo docente e também o modelo de ensino voltam a feminizar-se. A convivência mista dentro do Colégio havia, aliás, sido uma das razões dadas pelo regime para a alegada degenerescência com ‘resultados perniciosos’ para o Instituto do período final da direção de Simas.

A sucessora de Simas, em 1941, é Aida Conceição, que fora professora de Moral no Liceu D. Filipa, e isso parece ser um *statement* moralizante do regime para o Colégio.

Os sinais religiosos, os crucifixos nas salas de aula haviam já invadido as escolas do país desde 1936 e, no Colégio, a vertente assistencialista passa a associar-se claramente ao caritativismo católico da Igreja, às ordens e conferências religiosas, sobretudo a partir dos anos 1950 através da Conferência de Santa Joana da Sociedade Feminina de S. Vicente de Paulo, cujo lema era, ao lado da sua atividade benemérita, ‘Através de todas as oportunidades conquistar para Deus o pobrezinho’.

As faturas que encontramos no arquivo do Instituto dão-nos conta da laboriosa ação das Conferências no Instituto (ofertas por fornecedores para Festa dos Pobres, talões de compra de roupa, géneros alimentares - incluindo chocolates *Rajá* -, materiais para festa etc.). Já as fichas que encontramos das famílias pobres que Instituto assistia referem as famílias a evitar por não estarem legalizadas durante as visitas das alunas, como o caso da “Senhora X, que era casada com o Senhor Y, mas presentemente a viver com o Senhor Z, de quem tem 6 filhos e um deles ‘anormal’ ”.

A doutrinação através do Ensino, também muito visível no período republicano, implicava agora a imposição do livro único, a organização física do espaço, o zelo na seleção do material didático, a criação de áreas circum-escolares, novos dispositivos de controlo das famílias, formação moral e cívica, atividades de canto coral e educação física e trabalhos manuais. Se os princípios da Escola alegadamente neutra (ou da escola laica, como preferiam os republicanos mais radicais) perduraram até 1947, com a persistência da disciplina de Educação Moral e Cívica, a partir dessa data ela é oficialmente substituída pela disciplina de Religião e Moral. Esta relação entre religião e moral foi também mediada, durante a sua existência, pela Mocidade Portuguesa, que teve um

papel fundamental na disseminação do modelo educacional do Estado Novo, com a coordenação de atividades circum-escolares, nomeadamente a catequização.

Outra alteração significativa, que, apesar de inspirada no modelo republicano da Escola Nova, não sentimos de forma tão evidente no período anterior, aconteceu sobretudo a partir dos anos 1950. A Escola Nova previa a Educação pela Arte e, embora desde cedo a disciplina de Arte de Dizer estivesse associada ao plano curricular (o que se manteve até, pelo menos, o período pós-democratização, com a fantástica Professora Manuela Machado), esta dimensão acentua-se claramente com o patrocínio dos programas *Pro-arte* e da Fundação Calouste Gulbenkian – como atestámos no arquivo do Instituto pela quantidade e qualidade dos programas. Novamente, por uma primeira análise do arquivo contabilístico, damos conta da intensa atividade cultural nesse período que, embora quase sempre pautada pelos valores do regime, parece ter sido, paradoxalmente, viabilizada porque colocada no computo geral das despesas da Mocidade Portuguesa para as atividades circum-escolares. Não obstante, a Mocidade Portuguesa Feminina empenhava-se mais em atividades morais e físicas que se coadunavam com a herança republicana da militarização e domesticação do corpo, em que o Instituto de Odivelas continua também investir, destacando-se aliás em campeonatos femininos de várias modalidades, entre as quais a do Volley.

Estamos a acabar o tempo e a chegar à Revolução, que algumas de nós vivemos com as filhas de capitães de abril dentro dos muros do Colégio, e à fase da transição democrática.

### Período democrático

Tal como acontecera com Simas na transição do período republicano para o Estado Novo, a transição deste regime para a Democracia foi assegurada pela permanência de Deolinda Santos entre 1955 e 1990 (não sendo possível determo-nos sobre todas as diretoras que se seguiram, uma foi Cândida Balcão Reis, professora de Matemática, e que entrevistámos no âmbito deste trabalho). Deolinda Santos, que assegurou uma relação próxima e visível com o Estado Novo, através de celebrações e comemorações onde estavam sempre presentes altas entidades (por exemplo o Presidente Américo Tomaz e sua esposa, sobreviveu assim ao turbilhão do PREC.

Não nos podendo aqui deter nas reformas do ensino no Instituto de Odivelas que, como vimos, seguiram de perto as reformas educativas do Estado Novo, mas mantiveram muitas das especificidades implantadas por regimes antecessores, é importante referir algumas mudanças conjunturais mais latas que afetaram o Colégio ainda nesse período.

Entre 1961 e 1974 verifica-se um acréscimo de alunas no Instituto que atingem números acima das 400 (Vaz et al 2017). Entre outras razões que merecem análise mais aprofundada, isso corresponde ao período de intensificação da Guerra Colonial que, diga-se à luz da experiência de tantas de nós e de outras ex-alunas entrevistadas, era bastante silenciada dentro do Colégio, mencionada apenas através do apoio que era dado, via Mocidade Portuguesa e outras instituições, às famílias dos heróis vítimas do Ultramar.

Mencionámos antes a ideia de ‘família militar’ que já aparecia nos Estatutos inaugurais da Obra Tutelar e Social do Exército de Terra e Mar. Com a intensificação da Guerra Colonial, o uso desta expressão multiplica-se, estando nós em crer que isso visava reforçar os laços de solidariedade e apoio social entre os próprios militares e suas famílias. Isto reflete-se, também, numa série de medidas compensatórias sociais desenvolvidas, como por exemplo a criação de bairros sociais destinados a oficiais do exército, colónias de férias para os seus filhos e filhas, mas também de uma intensificação formal e informal das relações sociais entre as meninas do Instituto e os meninos do Colégio Militar, de que não encontramos tantos registos em períodos anteriores. Era preciso reproduzir soldados, e soldados conformes.

### Transição democrática e Pós-revolução

O ano de 1974 abre novamente um período de experimentação pedagógica. Construir uma sociedade nova implicava um homem novo e uma escola nova, parte integrante da revolução cultural que refletir-se-á no Projeto do Programa Nacional de Alfabetização em 1975. Aqui encontramos novamente uma relação íntima entre proposta pedagógica e político-ideológica. Nos primeiros anos após a Revolução assume-se que a política é transversal a todos os domínios da vida social. A educação é politizada explicitamente e a escola deveria contribuir para a construção de uma sociedade socialista, o que leva a um período de saneamento de dirigentes e professores, ao qual, contudo, Odivelas escapa.

Ainda na senda das reformas propostas pelo Ministro Veiga Simão, assistimos à unificação do ensino secundário com o fim da distinção entre ensino liceal e técnico, criando-se um tronco comum para acabar com variantes de desigual prestígio social. Mais tarde recupera-se, de alguma forma, o princípio cívico republicano com a criação de disciplinas de ciências e de Educação Cívica e depois com o Serviço Cívico Estudantil, um ano vestibular antecedendo a ida para a universidade, com atividades de intervenção e de inquérito social e cultural em fábricas, hospitais, etc..

Embora sobrevivendo a estas alterações, o Colégio não lhes podia ficar imune e, logo em 1975, Deolinda Santos anuncia que vão ser introduzidas no ano letivo presente, ‘a título experimental’,

alterações de horários, de organização dos tempos livres, novidades de carácter cívico e ao nível das disciplinas. Acrescenta que foram tidas em conta opiniões de ‘pessoas que colaboram no Instituto’ e de alunas e de encarregados de educação.

Também em 1975, um pedido de parecer interno no Ministério do Exército com conhecimento para a Diretora e para a Comissão de Trabalhadores do Instituto parece querer repor alguma autoridade das famílias sobre a educação das suas filhas, retirando-a à mão pesada do Estado, e são elencadas uma série de alterações ao regulamento de 1942, entre os quais: a reformulação do preâmbulo com vista ao fim da discriminação de filhas ilegítimas, com a eliminação de ‘legítimas’ nos restantes artigos; a eliminação de tudo o que diga respeito à Mocidade Portuguesa, entretanto extinta; a eliminação da obrigatoriedade do ensino e da prática da doutrina moral cristã (e do Latim!); a eliminação da obrigatoriedade das funcionárias serem solteiras ou viúvas sem filhos; a eliminação da obrigatoriedade de residência da diretora e das professoras de Moral e Economia Doméstica no Instituto; o garante de iguais direitos e deveres para todo o pessoal; a alteração das penalizações ao direito de visita e de saída de Colégio.

Contudo, uma circular interna de 1977 a propósito do início do ano letivo no Instituto de Odivelas recorda o regulamento de 1942 ainda em vigor e a autoridade do Colégio sobre a família parecendo ignorar as sugestões do Ministério do Exército: na regulação das visitas por família ou amigos mediante autorização de Encarregado de Educação e sancionamento da Diretora do IO por impresso preenchido onde deve constar grau de parentesco (só as pessoas inscritas podiam visitar as alunas aos domingos e feriados das 14h às 17h, e fora destes dias, não havia visitas exceto em dias excepcionais, como os aniversários); na regulação das saídas de fim-de-semana ou para consultas e tratamentos que, dispondo o Instituto de serviços médicos, só era possível se absolutamente excepcional; na proibição de trazer alimentos de casa; na proibição do uso do telefone, sendo a comunicação transmitida se comprovada urgência; na proibição de entrada de livros que não os indicados para o estudo, havendo leituras ao dispor na biblioteca; no pedido de vigilância das leituras e dos espetáculos frequentados pelas filhas...

É ainda com Deolinda Santos que se inicia o que será uma progressiva militarização do ensino com a tímida introdução da Esgrima nos anos 1980, através de um plano elaborado pela Direção do Serviço de Educação Física do Exército. Mais tarde, e de forma mais explícita, será implementado um plano complementar de formação militar de modo mais consistente, ainda que com cariz voluntário, com vista à formação e potencial captação de quadros femininos para o exército. Retoma-se aqui a herança da configuração e disciplina do corpo militarizadas

apoiadas pelo Coronel Simas, formalizada na organização de batalhões e comandantes no Instituto de Odivelas, à semelhança do regime do Colégio Militar e dos Pupilos do Exército.

No ano letivo de 2000-2001, o Instituto passa a ter Externato e a modalidade torna-se maioritária (Marreiro 2012). Corresponde esta abertura também ao estreitamento da relação com o município, participando o Colégio de forma mais ativa e evidente no espaço público de Odivelas.

Em 2011, o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional solicita um estudo sobre a sustentabilidade dos três Estabelecimentos Militares de Ensino. O relatório da equipa técnica afirma a sua mais-valia na disseminação dos valores da instituição militar mas, dada a conjuntura nacional (pós crise de 2008), aconselha a otimização de recursos, propondo, no limite, a fusão das três escolas, embora alertando para os eventuais problemas de um regime internato misto. São apontadas como fragilidades dos 3 EMEs, a pouca prevalência de alunos descendentes de militares e a pouca sequência dos estudos numa carreira militar, bem como os custos das despesas com pessoal face ao decréscimo do número de alunos.

Muitos, entre os quais a Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas, contradisseram o parecer do relatório, contraponto que as estatísticas não mostravam decréscimo de número de alunas, não considerando as três escolas como concorrentes, defendendo a educação por género no favorecimento dos diferentes ritmos de aprendizagem, e considerando que a descaracterização dos três EMEs seria seu fim (Silva 2013). Contestaram o encerramento anunciado do Instituto de Odivelas que, não obstante a disputa em espaço público, ocorreu em 2015, por despacho do Ministro da Defesa, com a transferência das alunas para o Colégio Militar.

### Referências bibliográficas

Alves, Luís Alberto Marques. 2012. *História da Educação – uma introdução*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Biblioteca Digital.

Barreto, António e Maria Filomena Mónica (coord.=. 2000. *Dicionário de História de Portugal – Suplemento 1926-1974*. Porto: Livraria Figueirinhas.

Loureiro, Maria de Lourdes. 2020. *O Instituto de Odivelas: A educação feminina entre a tradição e o sucesso escolar*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas [dissertação de doutoramento em Ciências da Educação].

Marreiro, Liliana. 2012. *Relatório de Estágio Realizado em Contexto de Ensino Militar*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa [relatório de estágio de mestrado em Psicologia Clínica e de Aconselhamento].

- Pintassilgo, Joaquim. 2010. "O Coronel Frederico Ferreira de Simas e a Educação Nova em Portugal" em Cláudia Alves e Maria de Araújo Nepomuceno (org.), *Militares e educação em Portugal e no Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 17-43.
- Silva, Jorge Manuel Moreira. 2013. "Estabelecimentos Militares de Ensino não Superior: equívocos, mitos e imprecisões", *Revista Militar*, 2537/2538: 587-598.
- Vaz, Maria Máxima, Virgínia Paccetti, Joaquim Pintassilgo, Maria João Mogarro e Lourdes Loureiro. 2017. *Instituto de Odivelas – 115 a formar e a educar*. Lisboa: Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas.